



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007671-06.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
 Exequente: **Waldomiro Ignacio da Cunha**
 Executado: **Paulo Sergio dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de execução fundada em contrato de locação e que tem por objetivo o recebimento de valores daí oriundos não pagos regularmente pelo executado.

Tomo a manifestação de fl. 21 expendida pelo executado como embargos à execução, porquanto nela o mesmo nega o débito que lhe foi imputado.

Não obstante a juntada dos documentos de fls. 23/29, é certo que a demanda não se refere a tais valores e sim à cobrança de multa advinda do pagamento com atraso de alguns alugueis, à falta de quitação de outros locativos e também a despesas de água e energia elétrica.

O exequente detalhou a fls. 34/36 a origem de cada montante em aberto, além de amealhar a fls. 37/52 prova documental a seu propósito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em contrapartida, o executado deixou de manifestar-se a esse respeito, bem como não comprovou o adimplemento das obrigações que foram especificadas pelo autor, como se vê a fls. 54 e 58.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos opostos.

Não pairam dúvidas consistentes sobre a higidez da pretensão do exequente e tampouco foi produzida prova material que de algum modo evidenciasse que o executado – ainda que parcialmente – tivesse cumprido com o que lhe seria exigível.

A sequência da execução nesse contexto é medida que se impõe, cumprindo registrar que o valor do débito atual corresponde a R\$ 6.618,21, na esteira do que ficou positivado a fls. 34/36.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução pelo valor assinalado na fundamentação da presente.

P.R.I.

São Carlos, 28 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**